

## Senadora dá palestra na Uerj sobre mulheres na política brasileira



Como parte das atividades referentes ao Dia Internacional da Mulher (08/03), a senadora Gleise Hoffman (PT) participou de uma palestra na Uerj no último dia 17/03. A mesa, composta pelo sociólogo Alberto Dias, pelo professor de História da Uerj Oswaldo Munteal, por Gleise, pela professora aposentada de História Lená Medeiros e pela professora de Relações Internacionais da Uerj Mônica Lessa (foto), apresentou um panorama sobre a participação feminina na política e sociedade brasileiras.

A reforma da Previdência em tramitação na Câmara dos Deputados foi um dos principais temas abordados pela senadora, já que as mulheres são as mais

prejudicadas. Gleise destacou números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que indicam que a mulher trabalha cerca de 7,5 horas a mais por semana do que os homens devido à segunda jornada de trabalho que elas desempenham nos afazeres domésticos. Ela também afirmou que apesar de o mesmo estudo apontar que cerca de 30% dos homens já dividem as tarefas domésticas, ainda existe muita desigualdade entre homens e mulheres para que, por exemplo, se possa igualar a idade mínima para aposentadoria entre os dois gêneros.

A senadora também ressaltou que a reforma atingirá os pensionistas. “Hoje, 80% dos pensionistas são mulheres. Com

a reforma elas passarão a receber 50% valor integral, mais 10% por dependente até 21 anos”. Gleise ressaltou que muitos pensionistas passarão a receber menos de um salário mínimo, o que é proibido pela Constituição. “O ajuste está sendo feito em cima de quem ganha um salário”, pontuou.

Além disso, Gleise mencionou a situação dos camponeses com a possível elevação da idade mínima para a aposentadoria. Atualmente, homens e mulheres se aposentam com 55 e 50 anos, respectivamente. Diante do árduo labor que estes trabalhadores desempenham com constante exposição ao Sol, a senadora questionou: “Como o camponês chega aos 65 anos?”.

Gleise demonstrou entusiasmo ao afirmar nunca ter visto “tantas mulheres se manifestando nas ruas, em especial no dia 08 de março”. Destacou ainda a ampliação das bandeiras de luta. “Não havia só feminismo, havia luta contra a xenofobia, homofobia, transfobia”.

Sobre a participação feminina na política, a senadora afirmou que apesar dos avanços a representatividade da mulher na política ainda é muito baixa. “Somos 52% do eleitorado e 14% dos cargos políticos”, comparou.

Nesse sentido, ela lembrou da lei que reserva 30% das candidaturas partidárias às mulheres, criticando, no entanto, a falta de incentivos e de cursos por parte dos partidos políticos para que as mulheres se preparassem a fazer parte da vida política. “As vagas estavam reservadas, mas como as mulheres não eram incentivadas a participar da vida pública elas acabavam sendo ocupadas por homens”, afirmou. Posteriormente, o preenchimento dos 30% das candidaturas tornou-se obrigatório, o que, segundo Gleise, foi burlado através de “candidaturas laranjas”, nas quais boa parte eram feitas apenas para cumprir a legislação ou até para fazer campanha para candidatos homens. Sobre isso, ela argumentou que em uma mesma eleição 14.000 mulheres ficaram sem receber nenhum voto, enquanto que entre os homens esse quantitativo foi de 1.700.

A senadora fez ainda críticas ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 134/2015, que prevê cota progressiva de 10%, 12% e 16% dos assentos em todos os âmbitos legislativos para as mulheres. Segundo ela, estabelecer 10% é reduzir a atual representatividade. Além disso, acrescentou, o “correto é dar cota ampla e depois retirar, após o estabelecimento de igualdade de condições”. Gleise mencionou ainda que foi devido às políticas internas de cotas que partidos de esquerda como PT, PSol e PCdoB possibilitaram muitas mulheres ocuparem cargos políticos.

Por fim, a senadora afirmou que só haverá democracia

plena quando houver condições iguais entre homens e mulheres.

Aposentada, a ex-professora de História da Uerj Lená Medeiros afirmou que o processo de empoderamento das mulheres deve ser de mudanças e também de resistência aos direitos e avanços já conquistados. Mencionando as declarações dadas pelo presidente Michel Temer no Dia Internacional da Mulher, ela alertou: “Temer representa uma mentalidade que acredita na desigualdade. Temos que estar atentos!”. A docente também mencionou um ranking de representação parlamentar feminina no qual o Brasil figura na 129ª posição. Lista essa que tem Ruanda, Andorra e Cuba nas três primeiras posições, e o Equador como o país sulamericano melhor colocado, em 10º lugar.

Lená pontuou que a luta feminina é marcada por avanços e retrocessos, destacando que países precursores como Inglaterra e França não estão entre os de maior representação feminina na política. Estes ocupam a 65ª e 48ª posições, respectivamente. Na Rússia, 60ª colocada, “até Stalin assumir, havia comitês femininos”, comentou. E os Estados Unidos, com toda a sua falaciosa referência de democracia, ocupa o 84º lugar. “É preciso avançar, mas com passos seguros para não perder direitos”, concluiu.

A historiadora fez uma radiografia da participação feminina na política brasileira, ressaltando a lentidão do seu avanço. Ela recordou que o voto feminino foi garantido

na Constituição de 1934, mas a primeira senadora ocupou o cargo somente em 1979, após a morte do titular; a primeira prefeita tomou posse em 1985; a primeira governadora, em 1983; e a primeira presidente, em 2010.

O professor de História da Uerj Oswaldo Munteal discorreu sobre o papel social da universidade no sentido de suplantar os preconceitos, e das investidas do governo a fim de rechaçar sua importância social. Ele afirmou que a reforma do Ensino Médio é uma “estratégia de extermínio da universidade”, mirando o Ensino técnico profissionalizante e a falsa ideia de que o estudante, após cursá-lo, já está profissionalizado. Segundo Munteal, a universidade não pode abdicar de discutir o tema, pois a Educação é um dos fatores de inclusão, ascensão e formação sociais.

Ele criticou os preconceitos enraizados no Brasil, nos quais as pessoas fora do perfil homem, branco e heterossexual são geralmente parcelas da população excluídas da sociedade no que tange a direitos.

Além disso, o docente também fez críticas à conduta fascista, que tenta se impor pela descaracterização alheia. “O primeiro passo para a violência é a palavra de destruição, de rebaixamento, de humilhação. Ideias são desconstruídas com ideias”, argumentou.

Por fim, ele defendeu uma maior participação feminina na política como forma de elas carregarem uma “concepção mais humana, inteligente e sensata”.